

O caminho da boa política



» SIMONE TEBET

Senadora e pré-candidata a presidente

Aprendi a arte da política desde muito cedo, quando ouvia, ainda criança, as conversas de portas entreabertas entre meu pai e seus correligionários do MDB daquele tempo. Quis a história que o mesmo MDB do meu pai me convocasse para que, junto aos meus companheiros de agora, eu me predispuísse a cumprir a missão mais importante da vida de um político: ser candidata à Presidência da República.

Aceitei, porque o MDB, meu partido desde sempre, teve um papel central na restauração da nossa democracia. Foi um intrínseco defensor das liberdades. Lutou pelo fortalecimento das instituições republicanas para que o país encontrasse o seu verdadeiro rumo. O MDB nunca faltou ao chamado da nossa história, principalmente quando atravessamos tempos de maior turbulência política, social e econômica.

Aceitei, porque o Brasil de hoje exige nova arquitetura política que carregue em si o clamor da urgência. Urgência, porque brasileiros estão morrendo de fome — depois de tantas centenas de milhares já terem morrido em consequência de uma política de saúde movida pela insensibilidade, pelo negacionismo e pela ganância.

Urgência, porque os nossos jovens sobrevivem desafortunados em nossas cidades, sem horizonte nem esperança, fruto de um ensino público precário e da ausência de vagas no mercado de trabalho.

Urgência, porque nossos trabalhadores e trabalhadoras também não encontram emprego, em consequência de uma política econômica míope que visa apenas à prosperidade de poucos.

Urgência, porque temos um governo sem planejamento, sem uma política nacional e regional de desenvolvimento e que, sem reformas estruturantes e sem orçamento para ciência e tecnologia, permite o sucateamento do nosso parque industrial, o fechamento do comércio e a destruição das oportunidades de trabalho dos prestadores de serviços.

Urgência, enfim, porque, na destruição do futuro e no abandono do seu povo à própria sorte, o Brasil está abandonando a si mesmo. Urge reconstruir este país com firmeza, coragem e determinação; e fazer a mudança que realmente importa: a do compartilhamento das nossas riquezas, por meio da igualdade de oportunidades.

O que isto significa? Significa que todas as crianças e todos os jovens tenham uma educação pública de qualidade, com valorização dos professores, da ciência e da tecnologia, com currículo condizente com os desafios do mundo moderno.

Significa igualdade de oportunidades para que todos possam ter acesso, por meio de SUS devidamente financiado, à saúde básica gratuita e eficiente.

Significa igualdade de oportunidades, para que todos alcancem a verdadeira cidadania,

por meio do emprego, do trabalho e da remuneração digna.

Significa, dada a incapacidade do poder público em investir na infraestrutura, pela exigência de vultosos recursos, a busca por parcerias público-privadas, que só serão viabilizadas após a consolidação de um ambiente adequado de negócios: segurança institucional (pelo amor à democracia) e jurídica (pelo respeito à Constituição).

Sou mulher, mãe, professora, advogada. Além de prefeita, fui vice-governadora do meu estado, Mato Grosso do Sul. Hoje, sou senadora da República. Os valores cristãos, eu os aprendi no seio familiar. Os valores do trabalho, eu aprendi em minha atividade profissional. Os valores do bem público, eu aprendi na política, nos seus embates e confrontos, consciente de que não há valor maior do que o bem coletivo, a liberdade e a igualdade de oportunidades.

São esses os valores que levo comigo nesta nova empreitada política, consciente das pedras no meio do caminho, mas como disse o poeta, “o caminho se faz ao caminhar”. Esta será a minha missão: construir um novo caminho, sem essas pedras que nos levam a uma das maiores desigualdades sociais de todo o planeta, embora tenha lmos a riqueza dos nossos recursos naturais e humanos. O que me move é a convicção de que, na política, missão não se escolhe. Cumpre-se. Quem escolhe missões no caminho da política é porque perdeu-se da política no meio do caminho.

Funpresp, referência para a previdência complementar de estados e municípios

» RICARDO PENA

Auditor fiscal da RFB/ME, economista com doutorado em demografia pelo Cedeplar/UFMG, diretor-presidente da Funpresp

Mudanças em aposentadorias nunca são encaradas com facilidade, mas são absolutamente necessárias. Implantar a Funpresp para os servidores federais em 2013, por exemplo, transformou a aposentadoria desses trabalhadores, hoje protagonistas do próprio futuro. Em função da situação fiscal e da nova realidade demográfica brasileira, a criação do regime de previdência complementar, com planos de contribuição definida — o valor mensal depositado é definido pelo participante, e o benefício futuro dependerá do saldo dessa poupança —, foi excelente alternativa para a vida financeira dos servidores, sobretudo com o aumento das alíquotas da previdência oficial.

O mesmo se espera para mais de 2 mil estados e municípios, cujos servidores estão no regime próprio (RPPS). Para entender: a reforma da Previdência de 2019 (Emenda Constitucional 103) determinou que esses entes instituísem planos de previdência complementar para seus servidores até novembro de 2021. O prazo foi estendido e, agora, eles têm até 31 de março de 2022 para que os legislativos locais aprovelem os novos planos e até 30 de junho do mesmo ano para a implantação. O tema deve ser enfrentado o quanto antes, uma vez que o déficit desses entes acumula R\$ 5,07 trilhões e o sistema tem dívidas parceladas ou refinanciadas acima de R\$ 120 bilhões.

Com as leis locais aprovadas, estados e municípios poderão criar fundações próprias ou terceirizar a gestão dos planos de

benefícios. Uma proposta preliminar para rever as leis complementares 108 e 109, ambas de 2001, permite que entidades abertas administrem as previdências desses entes. E tramita na Câmara o Projeto de Lei nº 6.088/2016, para permitir que a Funpresp também administre esses planos.

A Funpresp tem prestado assessoria e dividido conhecimento, erros e acertos vividos em nove anos, durante os quais fui orgulhosamente diretor-presidente desde o início, tendo ajudado a edificar o que ela é hoje: uma gigante do ramo de previdência com arrecadação anual de R\$ 1,3 bilhão e patrimônio de R\$ 4,8 bilhões.

Pioneira na gestão das aposentadorias de mais de 105 mil servidores, a fundação acumulou, ao longo da vida, requisitos que a colocam na vanguarda do setor, como a quantidade de participantes, que nos permitiu ganhar escala nos investimentos e reduzir custos administrativos. Nossa taxa de carregamento inicial (que custeia essas despesas) é de 7,0%, mas reduz a cada ano que o servidor fica no plano, chegando a 2,5% e zero na taxa de administração. Com mais participantes, a única taxa cobrada pela Fundação deve cair ainda mais.

O know-how adquirido na curta história da Funpresp e a ausência de fins lucrativos trazem vantagens indiscutíveis. No período requerido para aposentadoria, a taxa de carregamento da Funpresp equivale a uma taxa de administração de 0,14% ao ano, enquanto bancos e seguradoras cobram entre 0,6%

a 1,0% ao ano. A Funpresp também oferece proteção para morte ou invalidez, além de benefício vitalício para dependentes ou para o próprio servidor que superar a expectativa de vida. Isso porque sabemos gerenciar um fundo coletivo criado especificamente para essas proteções.

A Funpresp é referência no mercado. Nos próximos 10 anos, a projeção é que sejam mais de 400 mil participantes e um patrimônio de R\$ 50 bilhões. Será um dos maiores fundos de pensão da América Latina e importante investidor institucional, podendo contribuir com o desenvolvimento do mercado de capitais e de infraestrutura do país, fomentando a geração de emprego e renda.

Entre as conquistas e os aprendizados desses nove anos à frente da Funpresp, projetos inovadores, como a adesão automática em 2015, a oferta dos perfis de investimentos e de empréstimo, o fortalecimento da transparência e governança e a modernização dos regulamentos dos planos são referências a estados e municípios na construção do regime de previdência complementar para os servidores públicos.

Boas experiências podem e devem ser usadas como exemplo para os gestores de fundos de previdência dos estados e municípios. A Funpresp é uma entidade sólida, com boa rentabilidade, gestores qualificados, transparente, onde o participante é protagonista, portanto, tem muito a contribuir com esse debate, porque é um modelo que deu certo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Elite política faturou durante a pandemia

Um dos grandes problemas gerados e catalisados pela crise sanitária que obrigou o mundo a se fechar num sério regime de pandemia, é que a covid-19, ao atingir um país com as características de governança que o Brasil tem — onde as instituições do Estado são, na sua maioria, historicamente estruturadas para atenderem, prioritariamente, as elites no poder —, o período extraordinário de calamidade tem sido utilizado como uma falsa muleta para enfiar o controle da máquina administrativa pública nas mãos do governo, dos partidos e mesmo do Judiciário.

Nossas autoridades, sem o menor pudor, mas sempre dotadas de um senso de oportunismo frio e utilitário, têm aproveitado como podem o momento de caos vivido pela população para materializar seus projetos, tanto aplinando o caminho rumo aos cofres públicos quanto erguendo muralhas e restrições para impedir que a sociedade assista à dilapidação dos recursos da nação.

Trata-se, aqui, de obras que vêm sendo erguidas meticulosamente pelos poderosos em meio ao pandemônio que se instalou, quando as atenções dos brasileiros estiveram, todas elas, voltadas para questões básicas de como sobreviver à virose. Com isso, vão tornando o país e, sobretudo, os contribuintes em presas fáceis para seus projetos de apoderamento do Estado. Até mesmo a fase mais crítica da covid-19, quando os cidadãos morriam como moscas, foi aproveitado para impor os desejos pessoais dessa turma, mesmo sob o risco de, num futuro próximo, conduzir toda a nação à falência.

Não há exagero aqui em afirmar que a pandemia foi, mesmo durante o período mais severo da doença, muito lucrativa para as elites políticas. Em meio à inflação e ao alto desemprego que se seguiu à doença e que empurram o país para a rabeira dos países em desenvolvimento, com mais de cinquenta milhões de pessoas em situação de fome, nossas lideranças prosseguiram impávidas em seus desígnios, quer turbinando os recursos para as excessâncias do Fundo Partidário e para o Fundo Eleitoral, quer cuidando de manipular secretamente o Orçamento bilionário da União para enviá-los a seus redutos ou simplesmente embolsá-los, como tem sido noticiado pela própria Polícia Federal recentemente.

Enquanto constroem verdadeiros dutos ligando seus escritórios diretamente aos cofres públicos, outra parte de nossas lideranças vai cuidando de erguer muros para manter todos esses projetos, longe dos olhares de curiosidade da população. Assim é que a própria Lei de Acesso à Informação (LAI), que agora completaria 10 anos e que, em tese, seria um dos pilares do Estado democrático de direito, vai sendo, pouco a pouco, sendo restringida pelo governo, que passou a ampliar, sem qualquer critério legal, o sigilo de inúmeros dados e documentos públicos, aumentando dia a dia as dificuldades para que o cidadão se inteire das ações do governo e de seus gastos.

Muitas informações requisitadas pelos cidadãos ao governo foram barradas e outras, submetidas a sigilos de 100 anos. No mesmo sentido, o governo cuidou de interferir na Polícia Federal, mudando delegados que investigavam assuntos inconvenientes para as autoridades, punindo-os com transferências e outros mecanismos burocráticos. Isso, sem falar no desmonte promovido em órgãos de pesquisa, de ciências e de estatísticas para que não apresentassem dados negativos sobre a atuação governamental em diversas áreas.

Mesmo a Justiça, que poderia pôr um termo nessas ações contra a cidadania e a Constituição, emite decisões para, pouco depois, fazer o dito pelo não dito, deixando tudo como estava. Esse é o caso agora da decisão do Supremo de liberar a execução de emendas de relator, ou orçamento secreto, previstas para este ano, depois de tê-las vetado sob o argumento de inexistência de transparência.

Por certo, a opacidade dessas emendas continua a mesma. O que muda é o entendimento da Suprema Corte graças a pressões internas e externas. Que a pandemia tenha deixado claro e patente o profundo divórcio existente entre a sociedade e o Estado, isso é um fato que merece não ser esquecido. A questão aqui é saber se esse fato servirá, de alguma forma, para alterar os rumos do país nas próximas eleições.

» A frase que foi pronunciada

“Líderes são pessoas que criam as normas pelas quais eles julgam a si mesmos e pelas quais estão dispostos a serem julgados.”

Haile Selassie

Gestão eficiente

Levantamento de Governança de Gestão Pública publicou o resultado de 2021 no plenário do TCU. A estatal Correios disparou no índice de governança e capacidade em gestão orçamentária. Deixou para trás a Petrobras e o Banco do Brasil. Foram muitas inovações que facilitaram a vida do cidadão. Além dos clientes, o TCU também reconheceu.

» História de Brasília

O melhor negócio, hoje, de Brasília, não é mais fornecer luz elétrica para residências na Cidade Livre. É fundar um clube. A incorporação dá vinte por cento de comissão na venda dos títulos. Um clube vende cinquenta milhões de ações e rende para correr? A bagatela de dez milhões. É por isto que há clube em Brasília a torto e a direito. (Publicada em 15/2/1962)